

AMINI HADDAD CAMPOS

Coordenadora dos Estudos e Pesquisas

Tradutora das Colaborações Científicas dos Professores Doutores da Universidade de Navarra, Espanha

Autora das temáticas desenvolvidas nos capítulos IV ao XI

VULNERABILIDADES & DIREITO

AUTORES COLABORADORES

Professores Doutores

Juan Cianiardo

María del Pilar Zambrano

Rogério Medeiros Garcia de Lima

Marluce Aparecida Souza e Silva

Professor Msc.

Willian Rossi

PESQUISADORES

Bianca Moraes

Camila Torres Zago

Cleiton Pereira Alves

Juliana de Oliveira Almeida

Luize Duarte Pivetta

Pollyana Beretta

Vinícius de Lima Ferreira

Prefácio de Valerio de Oliveira Mazzuoli

Curitiba

Juruá Editora

2019

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8555-9



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Campos, Amini Haddad.

C198 Vulnerabilidades & direito./ Amini Haddad Campos./
Curitiba: Juruá, 2019.
494p.

Vários colaboradores

1. Direitos humanos. I. Título.

CDD 342 (22.ed)

CDU 342.7

00126

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	21
-------------------------------	-----------

Parte I **DA COLABORAÇÃO CIENTÍFICA**

Capítulo 1

OS ANTECEDENTES DA CULTURA DE DIREITOS (THE A PRIORI OF THE CULTURE OF RIGHTS)	29
---	-----------

Autores Colaboradores: Juan Cianciardo / María del Pilar Zambrano

Tradução de Amini Haddad Campos

1	INTRODUÇÃO	31
2	AS PRETENSÕES IMPLÍCITAS EM ALGUNS DOS CORTES DA CULTURA DOS DIREITOS	32
2.1	Os Direitos e seu Reconhecimento	32
2.2	A Proteção Internacional do Reconhecimento e a Proteção aos Direitos	37
2.3	Os Direitos e os Princípios Jusfundamentais	42
2.4	A Justificação e os Alcances do Princípio da Proporcionalidade.....	45
2.5	A Razoabilidade como Exigência da Decisão Judicial	51
3	EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO	55
3.1	Direito e OMI	55
3.2	Para as Razões Últimas	61
3.3	Os Pressupostos Lógicos das Pretensões de Correção e de Objetividade	65
4	REFERÊNCIAS	69

Capítulo II

ELEITORES VULNERÁVEIS E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ...	75
--	-----------

Autor Colaborador: Rogério Medeiros Garcia de Lima

1	INTRODUÇÃO	76
---	------------------	----

2	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	77
3	CIDADANIA	78
4	CIDADÃOS VULNERÁVEIS	78
5	IDEALISMO ÉTICO E POLÍTICA.....	79
6	DIREITOS POLÍTICOS	80
7	ELEIÇÕES	81
8	CAPACIDADE ELEITORAL	82
9	SOBERANIA POPULAR	82
10	LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES	82
11	OS VULNERÁVEIS E O DIREITO.....	83
12	ISONOMIA E VULNERABILIDADE.....	83
13	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: ANALOGIAS COM O PROCESSO ELEITORAL	84
14	VULNERABILIDADE DOS ELEITORES	84
15	MAUS POLÍTICOS ANIQUILAM SEUS VULNERÁVEIS ELEI- TORES	85
16	RECALL, A IMPROVÁVEL SOLUÇÃO.....	87
17	CONCLUI-SE: A SAÍDA PELA EDUCAÇÃO	88
18	REFERÊNCIAS	90

Capítulo III

DÍVIDA PÚBLICA: VULNERABILIDADE NO FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	93
---	-----------

Autores Colaboradores: Marluce Aparecida Souza e Silva / Willian Rossi

1	INTRODUÇÃO	94
2	O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?.....	95
3	O SISTEMA DA DÍVIDA	97
4	DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL.....	99
5	O IMPACTO DO ENDIVIDAMENTO NAS POLÍTICAS SO- CIAIS	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
7	REFERÊNCIAS	108

Parte II
NÚCLEO DE ESTUDOS CIENTÍFICOS SOBRE AS
VULNERABILIDADES – NEVU/FD-UFMT

Capítulo IV

AS POLÍTICAS DE ESTADO NA TUTELA DOS INTERESSES DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....111

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadora: Juliana de Oliveira Almeida

1	INTRODUÇÃO	113
2	ASPECTO HISTÓRICO DAS TERMINOLOGIAS	117
3	ÂMBITO CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO E SEUS DES- DOBRAMENTOS INFRACONSTITUCIONAIS	124
3.1	A Concepção de Igualdade-Isonomia: o Princípio da Proporcio- nalidade à Equidade.....	125
3.2	Desdobramentos Infraconstitucionais à Proteção da Pessoa De- ficiente.....	128
4	PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: O ATIVISMO JUDICIAL À CONCREÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	133
5	POLÍTICAS PÚBLICAS EM FAVOR DA GARANTIA DOS IN- TERESSES DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A ONU NA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DO BRASIL	137
6	RECURSOS DESTINADOS À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTI- CAS PÚBLICAS – RECORTE COMPARATIVO.....	140
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
8	REFERÊNCIAS.....	145

Capítulo V

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS
COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA.....149

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisador: Cleiton Pereira Alves

1	INTRODUÇÃO	151
2	PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA À CONSA- GRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO	152
2.1	O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Percepção dos Direitos: a Pessoa como Centro Norteador	154

2.2	O Princípio da Igualdade-Isonomia à Concreção da Igual Humanidade a Todos os Viventes	161
3	DIMENSÕES E NORMATIVAS À CONSAGRAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	164
4	A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	172
5	COMPREENSÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA	179
5.1	Histórico dos Estudos Sobre o Autismo.....	180
5.2	Desdobramentos no Processo Diagnóstico ao Respeito Amparo Legislativo e de Acesso à Justiça.....	188
6	POLÍTICAS PÚBLICAS À CONCREÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TEA	193
7	DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA E A VIABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA	196
7.1	Direito à Educação	197
7.2	Direito à Assistência	205
7.3	Direito ao Trabalho e à Cidadania	210
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
9	REFERÊNCIAS	218

Capítulo VI

PEDOFILIA E PORNOGRAFIA INFANTIL: MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTENÇÃO	225
--	------------

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadora: Alessandra Almeida Neves Cícero de Sá

1	INTRODUÇÃO	226
2	CONCEITO DE PEDOFILIA	228
3	CARACTERÍSTICAS DO PEDÓFILO.....	230
4	A PEDOFILIA E A INTERNET	234
5	A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DA PEDOFILIA SOB UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR	236
6	DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	238
7	A AUSÊNCIA DE TIPO PENAL ESPECÍFICO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	240
8	CRIMES ASSOCIADOS À PEDOFILIA NA LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA	241
8.1	Estupro de Vulnerável.....	241

8.2	Corrupção de Menores	243
8.3	Satisfação da Lascívia Mediante Presença de Criança ou Adolescente	244
8.4	Favorecimento da Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual de Vulnerável	245
8.5	Tráfico Nacional e Internacional de Pessoa para Fim de Exploração Sexual	246
8.6	Assédio Sexual	248
8.7	Pornografia Infantil	248
9	TRATAMENTO	251
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
11	REFERÊNCIAS	254

Capítulo VII

TEORIA <i>QUEER</i> E IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA NECESSÁRIA CRÍTICA À EQUIDADE	257
---	------------

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadora: Pollyana Beretta

1	INTRODUÇÃO	259
2	IDENTIDADE DE GÊNERO <i>VERSUS</i> PERSPECTIVA DE GÊNERO	267
3	A PERSPECTIVA DO GÊNERO: CRÍTICA AO CULTURAL, SEM NEGAR O BIOLÓGICO	287
4	A DIMENSÃO DA TEORIA <i>QUEER</i> E DOS ESTUDOS QUALIFICADOS À CLASSIFICAÇÃO DA INTERSEXUALIDADE	294
5	A TEORIA <i>QUEER</i> FRENTE ÀS PROPOSTAS DE IDENTIDADE DE GÊNERO E DAS PROPOSTAS PÚBLICAS QUANTO À ORIENTAÇÃO SEXUAL	300
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	305
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, CONFORME ORDEM DE PESQUISA	310

Capítulo VIII

<i>FEMVERTISING</i>, A COMERCIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O REPOSICIONAMENTO DA 'PLAYBOY BRASIL'	315
--	------------

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadora: Bianca Moraes

1	INTRODUÇÃO	317
---	------------------	-----

2	A MULHER NA PERSPECTIVA DA INFORMAÇÃO.....	319
2.1	Mulher e Mídia	319
2.2	Mulher e Mídia na Realidade do Brasil	320
2.3	Mídias Alternativas e Feminismo no Brasil	322
2.4	Ciberfeminismo e a Propagação de Ideias	323
3	FEMVERTISING: A COMERCIALIZAÇÃO DO FEMINISMO.....	327
3.1	Uma Crítica Necessária à Perspectiva Comercial: Onde Está o Feminismo?.....	327
3.2	Playboy e o Femvertising.....	328
3.3	Uma Análise do Discurso da Playboy Frente aos Movimentos Feministas	329
4	ANÁLISE DA NOVA REVISTA PLAYBOY: CONGRUÊNCIAS E INCONGRUÊNCIAS	331
4.1	Diretrizes à Análise da Revista Playboy: a Proclamada Proposta de Inovação	331
4.2	A Carta à Imprensa	332
4.3	A Antiga e a Nova 'Playboy Brasil'	334
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
6	REFERÊNCIAS	339

Capítulo IX

PERSPECTIVA DE GÊNERO EM ANÁLISE: A CULTURA DO ESTUPRO E A REALIDADE DO ESTUPRO COMO EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO NA CULTURA JURÍDICA DO BRASIL.....	341
--	------------

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadora: Amanda dos Santos Rodrigues

1	INTRODUÇÃO	343
2	A QUEM É DADO O DIREITO DE ESTUPRAR?	345
2.1	As Vozes Tradicionais de Nelson Hungria e a Naturalização da Violência Contra a Mulher: Legitimação do Estupro?.....	346
2.2	Caracterização do Estupro: Considerações Históricas	349
2.2.1	Na antiguidade	349
2.2.2	No direito pátrio: da colônia à república.....	350
2.2.3	No Brasil contemporâneo: sob o prisma da Lei 12.015/2009..	354
2.3	Exercício Regular de um Direito ou Abuso?	355
2.3.1	Casamento: conceito.....	357
2.3.2	Direitos e deveres entre os cônjuges.....	358

	2.3.3 Débito conjugal: dever legal?	359
3	O ESTUPRO NO MAPEAMENTO DA DOUTRINA NACIONAL....	361
	3.1 Os Debates entre as Doutrinas e a Legitimação do Estupro Ma- rital.....	361
	3.2 A Jurisprudência que Fomenta o Silêncio das Mulheres	369
	3.3 Crime ou Cortesia? A Obra que Fixou Novos Olhares	373
4	DIÁLOGOS PÚBLICOS E A MUDANÇA DE PARADIGMA	378
	4.1 Histórico da Jurisprudência Sobre o Estupro na Relação Ma- rital.....	378
	4.2 Diretrizes Internacionais de Combate à Violência Contra as Mulheres.....	387
	4.3 A Evolução Legislativa à Proteção das Mulheres na Sociedade Conjugal.....	394
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	404
6	REFERÊNCIAS	406

Capítulo X

ALIENAÇÃO E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: DIFE- RENÇAS, CARACTERÍSTICAS, ASPECTOS E CONSEQUÊNCIAS.... 411

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisador: Vinícius de Lima Ferreira

1	INTRODUÇÃO	412
2	CONCEITO.....	413
3	CARACTERÍSTICAS	415
4	ALIENAÇÃO PARENTAL OU SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL: QUAL A DIFERENÇA?	416
5	O PONTO DE PARTIDA	417
6	MOTIVAÇÕES DO ALIENADOR.....	418
7	O PERFIL DO ALIENADOR.....	420
	7.1 A Mudança da Constituição Familiar na História e na Legisla- ção Brasileira	420
	7.2 O Divórcio e a Hegemonia da Guarda	421
	7.3 Outros Alienadores	423
8	FORMAS DE ALIENAÇÃO.....	424
9	CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO.....	428
10	NÍVEIS DA SÍNDROME	429
11	ASPECTOS DA SÍNDROME INSTALADA, COMO RECONHE- CÊ-LA?	431

12	FORMAS DE COMBATE.....	432
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	436
14	REFERÊNCIAS	437

Capítulo XI

ALIENAÇÃO PARENTAL RECÍPROCA E NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	439
--	------------

Redação Final: Amini Haddad Campos

Pesquisadoras: Camila Torres Zago / Luíze Duarte Pivetta

1	INTRODUÇÃO	440
2	NORMATIVAS DE PROTEÇÃO NAS RELAÇÕES FAMILIARES	441
2.1	A Família e seu Âmbito de Dever Assegurado à Formação Humana	441
2.2	Conflitos de Interesses Pessoais e os Fundamentais dos Filhos	443
3	ENTRE O DIREITO E OS ABUSOS AOS DIREITOS	444
3.1	Conceito de Alienação Parental.....	444
3.2	Alienação Parental Recíproca e a Ineficácia da Legislação Vigente	448
3.3	A Violência Doméstica como Qualificadora da Alienação Parental	450
4	A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	453
4.1	O Processo e a Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente	453
4.2	A Criminalidade Não Reconhecida nos Casos de Alienação Parental.....	455
4.3	As Repercussões da Alienação Parental no Âmbito Civil	457
4.4	Alienação Parental, o Direito Comparado e os Novos Rumos	459
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	461
6	REFERÊNCIAS	462

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA OBRA	463
---	------------

ÍNDICE REMISSIVO.....	473
------------------------------	------------